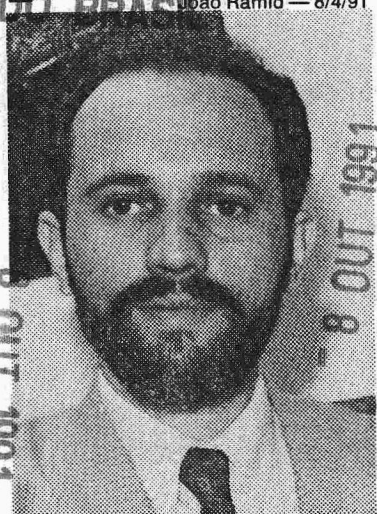


# Partidos disputam US\$ 11 bilhões

*Esquerdas lutam para modificar orçamento de 92*

**B**RASÍLIA — A razão da disputa entre governo e oposições na Comissão Mista de Orçamento são os US\$ 11 bilhões reservados para investimentos em 1992. Desse total, 60% são destinados a financiar projetos que já estão em andamento, e 40% ficam para os projetos novos, onde se incluem os 900 Ciacs para os quais está previsto US\$ 1,3 bilhão. A discussão acabou separando o governo e o PMDB, de um lado, e as esquerdas de outro. É que o governo e o PMDB defendem a fixação de um limite máximo para se tirar recursos das obras que ainda não foram iniciadas, enquanto as esquerdas insistem na liberdade de discutir cada projeto e cancelar os que julgarem ruins ou desnecessários, desviando os recursos para projetos melhores no mesmo setor.

“Admitir a fixação de um percentual mínimo de recursos para todos os novos projetos é o mesmo que aceitar antecipadamente propostas ruins, como o da criação de barbearias públicas, por hipótese”, critica o deputado Sérgio Machado (PSDB-CE). Ontem, a regra proposta pelo PMDB foi permitir que se retire de cada novo projeto do governo — a construção de uma rodovia, por exemplo — a metade dos recursos previstos na proposta de orçamento. É bem verdade que o governo só admite o remanejamento de 10%. Mas o fundamental, em qualquer dos casos, é que todas as propostas do governo ficam mantidas. As esquerdas invocam o direito de modificar o orçamento, argumentando que



*Hartung: prerrogativas*

é prerrogativa do Congresso definir prioridades para o país.

**Remanejamento** — “Não aceitamos isto porque somos contra cortes lineares e indiscriminados, que podem inviabilizar um projeto do governo sem garantir a viabilidade de um programa da oposição, para o qual os recursos foram desviados”, sustenta o vice-líder do PSDB na Câmara, deputado Paulo Hartung (ES), ao rejeitar a proposta do PMDB. Além disso, ele lembra que um projeto novo do governo pode nem ser iniciado. Os projetos em andamento não são ponto de atrito na Comissão de Orçamento, já que o PSDB entende que não é tecnicamente correto mexer nos recursos a eles destinados.

“Quanto mais recursos tirarmos das obras já começadas, flexibilizando os cronogramas do governo, mais onerosas elas ficarão para o país”, diz o deputado Sérgio Machado, salientando que o PSDB — o PT acompa-

nha a mesma posição — não abre mão de participar da definição das prioridades, o que só será possível se não houver limite para o remanejamento de recursos de obras novas. Como a intenção não é a de dismantlar o programa do governo, o único limite que PSDB e PT aceitam é conservar, no cômputo global, metade dos recursos previstos para novos projetos.

A questão dos Ciacs, coloca PMDB e PDT em dois extremos. Os dois só aceitam negociar com o governo os tetos limites para o remanejamento de recursos, excluía a construção dos Ciacs. Mas enquanto o PDT insiste em manter intacta a proposta dos Ciacs, o PMDB promete votá-la em separado, retirando nada menos que 80% do total de US\$ 1,3 bilhão que o governo reservou para o projeto.

Um dos representantes da esquerda na Comissão de Orçamento suspeita de um acordo do PMDB com o PFL ligado ao governador da Bahia, Antônio Carlos Magalhães, outro disposto a detonar o projeto dos Ciacs. Esse parlamentar lembra que o relator da Comissão, deputado João Alves (PFL-BA) faz parte do grupo de Antônio Carlos. Na sua avaliação, o PMDB quer viabilizar os recursos provenientes do corte linear em cada novo projeto do governo para atender às emendas dos parlamentares naquele setor. Uma emenda ao orçamento assinada pelo deputado José Geraldo Ribeiro (PMDB-MG), provável relator da sub-relatoria da Ação Social, transfere para aquele setor nada menos que 40% dos recursos previstos para os Ciacs — cerca de US\$ 500 milhões. De acordo com a emenda, essa quantia seria destinada a habitação popular, infra-estrutura urbana, saneamento e abastecimento de água.